



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

PROCESSO N.º 39.084/2016-e

JURISDICIONADAS: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF.

ASSUNTO: Representação.

EMENTA: Representação apresentada pela Deputada Federal Érica Kokay em conjunto com o conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos –CDPDDH, apontando possíveis falhas na adesão da Secretaria de Estado de Educação do DF ao “Programa Novo Mais Educação”, por supostamente deixar de observar os preceitos contidos na Lei Distrital n.º 4.751/2012. Nesta Fase: Unidade Técnica sugere o conhecimento das informações prestadas pela Secretaria de Estado de Educação, em atendimento ao item III da Decisão n.º 190/2017- Dicomp2, considerar improcedente a Representação contida na exordial e o arquivamento. Ministério Público **diverge e acrescenta**.

PARECER N.º 0438/2017–CF

Versam os autos a respeito da Representação apresentada pela Deputada Federal Érica Kokay em conjunto com o Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – CDPDDH, argumentando que o Distrito Federal, ao aderir ao “Programa Novo Mais Educação”, acabou descumprindo a Lei distrital de gestão democrática das escolas.

2. Em Decisão Liminar n.º 04/2017-P/AT, e-DOC AA66B879-e, referendada por unanimidade pelo Tribunal (Decisão n.º 23/2017), o Presidente em exercício conheceu a Representação e, entre outras deliberações, concedeu medida cautelar suspendendo as alterações promovidas pela SE/DF na disponibilização das vagas nas Escolas Parque:

DECISÃO LIMINAR N.º 004/2017-P/AT

*O Presidente em exercício do Tribunal de Contas do Distrito Federal, no exercício da Presidência, ad referendum do egrégio Plenário, em conformidade com o art. 277 do RI/TCDF, decide: **I – conhecer:** a) da **Representação** subscrita pela Deputada Federal Erika Kokay e pelo Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (edoc. DAD30BFE); b) do Ofício n.º 660/2016-MPC/PG (e-doc F1EF5BDA), da lavra da douta Procuradora-Geral do MPC/DF, Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira; **II– determinar à SE/DF que, até ulterior deliberação plenária, suspenda a implementação da política** de ampliação dos espaços educativos, nos termos da Resolução CD/FNDE/MEC N.º 5, de 25 de outubro de 2016, **na parte em que dispõe sobre a mudança de atendimento das Escolas Parques para o período integral;** **III – autorize:** a) a **realização de imediata inspeção**, na SEDF, a fim de que sejam trazidos aos autos todos os documentos referentes ao processo de adesão ao programa Novo Mais Educação, inclusive informações a respeito da estrutura das Escolas Parques, isto é, se estão aparelhadas para ofertar aos alunos serviços em área compatível, como, por exemplo, áreas de descanso, refeitórios, etc; b) a **abertura do prazo** de 5 (cinco) dias para manifestação da Secretaria de Estado de Educação sobre a representação ofertada, esclarecendo, ainda, qual foi o critério de inclusão e exclusão de escolas no Programa, bem assim se houve o cumprimento da Lei de Gestão Democrática das Escolas, notadamente, a oitiva dos órgãos consultivos e deliberativos; c) o envio de cópias da Representação subscrita pela Deputada Federal Erika Kokay e pelo*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (edoc. DAD30BFE) e do Ofício nº 660/2016-MPC/PG (e-doc F1EF5BDA) à SE/DF; d) o encaminhamento do voto da decisão liminar e de seus fundamentos aos Representantes; e) o retorno dos autos ao corpo técnico para os devidos fins.

3. A política adotada, por um lado, excluiu alunos de diversas unidades das Escolas Classe - ECs que realizavam atividades nas Escolas Parque - EPs no contraturno. Contudo, abriu cerca de 1.500 novas vagas para o ensino parcial na Rede de Ensino do DF.

4. Na Sessão Ordinária nº 4924, de 24/01/2017, durante a fase de discussão da matéria, a representante do Ministério Público junto à Corte, a Douta Procuradora-Geral Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, a fim iluminar a discussão, pergiriu:

*“O MP de Contas do DF, louvando o debate, e com fulcro no artigo 137, parágrafo 8º do Regimento Interno (§ 8º Durante a discussão e o julgamento, por solicitação exclusiva de Conselheiro, Auditor ou representante do Ministério Público junto ao Tribunal, poderá ser concedida a palavra à parte ou a seu representante legal para estrito esclarecimento de matéria de fato), vem pontuar 04 questões de fato que precisam ser esclarecidas: **01)** As Escolas Parques têm estrutura para receber o contingente de alunos de acordo com a nova política adotada? Há refeitórios, repouso, etc? Caso não possua, o GDF terá que fazer obras de adaptação, compra de mobiliários ou outros, atos que ficarão prontos até o período do início do ano letivo? **02)** Se a SEDF afirma que eram 42 escolas, cujos alunos eram atendidos nas Escolas Parques, sendo que apenas 17 foram contempladas, após o atual modelo, qual é a quantidade de alunos que deixou de ser atendida? Nos autos, fala-se em 1500 alunos que serão prejudicados, caso a liminar do TCDF seja mantida, mas não se diz quantos alunos deixarão de ser atendidos, e serão prejudicados, caso a decisão seja reformada; **03)** As escolas contempladas cumprem as diretrizes da Portaria do MEC, 1144/16, que preconiza o referido atendimento, artigo 4º, para priorizar os alunos e escolas de regiões mais vulneráveis, com maiores dificuldades de aprendizado e com piores indicadores educacionais? Isso porque, há denúncia de que escola do Varjão não terá mais acesso à Escola Parque, preterida que foi por escola do Plano Piloto, cujo ranqueamento desta é superior ao daquela e não se enquadraria na mencionada diretriz; **04)** A Lei de Gestão Democrática foi cumprida, os Conselhos foram ouvidos? Há queixa de pais e professores de que não houve diálogo prévio e que a decisão não levou em conta o desejo da comunidade escolar. Eram essas as questões de fato que o MP de Contas do DF gostaria de ver esclarecidas.” (destaquei)*

5. Na mesma sessão, apresentaram esclarecimentos relativos à matéria o Presidente do Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Sr. MICHEL PLATINI, e a Coordenadora da Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto e Cruzeiro, Sra. ANA LÚCIA MARQUES DE PAULA MOURA, tendo o Conselheiro MÁRCIO MICHEL pedido vista do processo, conforme consta da Decisão nº 48/2017.

6. Inconformada, a Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF – interpôs Recurso Inominado contra os termos da Decisão Liminar nº 004/2017, (e-DOC AB9D44D3-c). O Recurso foi conhecido pela Corte, que determinou a suspensão da cautelar antes concedida, *in verbis*:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

DECISÃO Nº 190/2017

*O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: **I – conhecer** do Recurso Inominado oferecido pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF, por intermédio da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF (e-doc 5824ADA6), contra os termos da Decisão Liminar n.º 004/2017, referendada pela Decisão n.º 23/2017, nos termos do art. 277, § 8º, do Regimento Interno do TCDF; **II – afastar a medida cautelar** de suspensão da implementação da política de ampliação dos espaços educativos, tornando sem efeito o item II da Decisão Liminar n.º 004/2017; **III – determinar** à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF que comprove, num prazo de 60 dias, que as Escolas Parque do Distrito Federal gozam de adequada estrutura no que diz respeito, no mínimo a: espaços para alimentação, descanso e higiene, acessibilidade e quadro de profissionais para atender às demandas, bem como esclarecer quais medidas serão adotadas em relação aos estudantes que frequentavam as Escolas Parque no ano letivo de 2016; **IV – autorizar**: a) nos termos do § 2º do art. 4º da Resolução TCDF n.º 183/2007, a ciência desta decisão ao recorrente; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para as providências cabíveis. Vencido o Conselheiro RENATO RAINHA, nos termos de sua declaração de voto, elaborada em conformidade com o art. 111 do RI/TCDF. (destaquei)*

7. Em atenção ao item III do *decisum*, a SE/DF se manifestou por meio do Ofício nº 606/2017-GAB/SE, de 10/4/17 (e-DOC 4DEAFECC-e), e anexos, objeto da análise na atual fase processual.

8. O Controle Externo examinou os esclarecimentos da SE/DF (Ofício nº 606/2017-GAB/SE), elaborados pela Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto/Cruzeiro, mediante a Informação nº 65/2017 (e-DOC B0B87275-e), da qual, por economia processual, colaciona-se excertos de interesse:

“I.1 – Espaços para alimentação e correspondentes quadros de profissionais

a) desde sua criação, as Escolas Parque foram modelada e planejadas para atender o formato integral possuindo assim refeitórios completos, depósitos para alimentos da merenda e equipamentos, bem como espaços para as atividades de Artes, Educação Física e oficinas pedagógicas. Foram ainda autorizados e adquiridos pela Coordenação Regional do Plano Piloto/Cruzeiro a compra de freezers, geladeiras, talheres, pratos, copos e outros utensílios, bancos e mesas para refeitório;

b) considerando o projeto inicial de educação integral, o quadro de profissionais já é modulado para tal atendimento, desde setores terceirizados para serviços de segurança, limpeza e copa, assim como a equipe docente. O quadro de carências de todas as áreas (pedagógica e de assistência) foi totalmente suprido e, as Escolas Parque contam com os programas Educador Social Voluntário e o Programa Mais Educação que cujos mediadores e facilitadores apoiam as ações pedagógicas;

I.2 – Espaços para descanso e higiene

c) quanto aos banheiros, filtros de água e local para lavar as mãos estão todos



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

em boas condições e adequados. Pequenos reparos de praxe foram e são realizados antes do início do ano letivo para atender a comunidade;

d) para o descanso, por meio da Oficina de Promoção à Saúde, foram previstas ações para o momento de relaxamento dos estudantes e, estes espaços foram estudados e reorganizados pelas equipes gestoras segundo a proposta pedagógica de cada escola, considerando o Projeto Político Pedagógico de cada uma delas;

1.3 - Acessibilidade

e) quanto à acessibilidade, todas as Escolas Parque, ao longo dos anos, já vem recebendo adequações por força das exigências legais e, em geral, as cinco unidades possuem espaços amplos e retos;

1.4 – Medidas adotadas quanto aos estudantes que frequentavam as Escolas Parque no ano letivo de 2016

f) quanto aos alunos que em 2016 eram atendidos pelas Escolas Parques no mesmo horário de regência de ensino regular, informou-se que a CGDF questionou este tipo de atendimento devido à bidocência. No novo modelo de Educação Integral as Escolas Classe são atendidas no contraturno de aula. As EC's que não são integrais podem optar pelo Projeto Educação em Movimento ou seguir os Parâmetros Curriculares Nacionais para as séries iniciais onde se prevê o atendimento pelo professor regente, de atividade, de Artes e EDF.”

9. Antes de analisar os argumentos vertidos aos autos pela SE/DF, a Informação apresentou considerações acerca dos questionamentos contidos na exordial de que a alteração estaria em desacordo com a legislação vigente (Lei nº 4.751/2012), caracterizado pelo fato de SE/DF não ter, antecipadamente, discutido a alteração e a adesão ao “Programa Novo Mais Educação” com a comunidade escolar. Como consequência, aponta que alunos de 21 unidades escolares foram privados das atividades desenvolvidas nas Escolas Parque - EPs.

10. Segundo o Controle Externo:

“8. A justificativa da Pasta, por outro lado, passa pela necessidade de adequar o atendimento das escolas que oferecem ensino em tempo integral no Plano Piloto ao Programa “Novo Mais Educação”, lançado em outubro de 2016 pelo Ministério da Educação – MEC.

9. Além da adequação que objetiva enquadrar a realidade escolar às regras propostas pelo MEC, a Secretaria apresentou, em fase anterior do Processo, elementos que demonstram benefícios decorrentes das alterações questionadas pelos Representantes, a exemplo da criação de 1500 novas vagas para alunos na Rede Pública de Ensino do DF.

10. O atendimento às regras estabelecidas na Portaria MEC nº 1.144/2016 e na Resolução FNDE nº 5/2016 garante ao Governo Local o recebimento de recursos financeiros adicionais advindos do Governo Federal.

11. Para tanto, o gestor optou por restringir o público-alvo, elevando, todavia, a qualidade do atendimento de determinado grupo de estudantes. A universalização do atendimento aos alunos em tempo integral é sim importante



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

medida a ser buscada pelo GDF, entretanto, depende da realização de investimentos, os quais requerem minucioso planejamento, considerando a escassez de recursos disponíveis.

12. A atividade gerencial desempenhada pelos gestores públicos remete à tomada de decisões que coloquem fim a dilemas que surjam, como o aqui apresentado. Nesse momento, entra em cena o mérito administrativo, poder conferido ao gestor para decidir entre alternativas igualmente válidas, por aquela que considere mais adequada. Necessário é que apresente fundamentação para tanto, o que foi devidamente observado no caso em tela.

13. A decisão ora questionada passa, indubitavelmente, pela formulação de políticas públicas, tarefa atribuída de forma exclusiva ao agente político alçado à condição de governante pela comunidade que representa.

14. Nota-se, assim, que a participação da comunidade escolar no processo decisório em questão deve ser avaliada com ressalvas, considerando, ainda, que o gestor agiu tão somente com vistas a adequar a realidade aos normativos que regulamentam a adesão ao Programa “Novo Mais Educação”. Não há, portanto, no entendimento deste Corpo Técnico, falhas decorrentes da ausência de participação da comunidade escolar no processo decisório que redundou na adesão ao Programa.

15. O entendimento no sentido de que teria ocorrido ofensa a princípios relativos à igualdade de condições também não merece prosperar. A restrição do número de estudantes atendidos não deu causa à possível desigualdade, visto que mesmo antes da adesão, diversos alunos não eram atendidos nas Escolas Parque, sem que isso tenha gerado qualquer questionamento.

16. A suposta inobservância aos critérios de priorização das unidades escolares participantes do Programa não ficou adequadamente demonstrada. Apresentou-se argumento de que escola localizada no Varjão e que era atendida por Escola Parque deixou de ser mesmo tendo obtido baixos indicadores no IDEB.

17. Há de se ressaltar, entretanto, que a solução para a questão dependeria da transferência de todo o corpo discente da unidade escolar localizada no Varjão para o Plano Piloto, de modo que pudessem usufruir da estrutura física de uma das Escolas Parque localizadas nesta Região Administrativa, o que não se mostra como solução viável em uma primeira análise.

11. Na análise dos termos apresentados pela SE/DF, a Instrução ponderou que restou comprovado, inclusive por imagens, a adequação da estrutura das EPs para o atendimento aos estudantes, dos espaços para descanso e alimentação, bem como o suficiente quadro de profissionais para atender todas as unidades escolares.

12. O Corpo Técnico consignou que a acessibilidade está assegurada “em razão de diversas adequações promovidas pela SE/DF para atender diversos normativos legais”, e em relação aos alunos que deixaram de ser atendidos nas Escolas Parque, destacou a manifestação da Pasta de que a “(...) a CGDF questionou este tipo de atendimento devido à bidocência. No novo modelo de Educação Integral as Escolas Classe são atendidas no contraturno de aula. As EC's que não são integrais podem optar pelo Projeto Educação em Movimento ou seguir os



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

Parâmetros Curriculares Nacionais para as séries iniciais onde se prevê o atendimento pelo professor regente, de atividade, de Artes e EDF.”.

13. Concluiu considerando que a adesão ao referido programa figura na seara da formulação de políticas públicas, tendo restado demonstrado maior vantajosidade da alternativa, caracterizada pelo recebimento de recursos adicionais pelo GDF e ampliação no número de vagas disponíveis na Rede de Ensino Local. Dessa forma, sugere ao eg. Plenário que:

I. conhecer:

a) do Ofício nº 606/2017-GAB/SE/DF, contendo informações prestadas pela Secretaria de Estado de Educação, em atendimento ao Item III da Decisão nº 190/2017;

b) da presente Informação nº 65/2017-Diacomp2;

II. considerar improcedente a Representação contida na exordial;

III. autorizar:

a) a ciência, à Deputada Federal Erika Kokay e ao Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, da Decisão que vier a ser proferida;

b) o retorno dos autos à Seacomp para fins de arquivamento.

14. Os autos vieram ao Ministério Público para pronunciamento, por força do Despacho Singular nº 131/2017 - GCMA.

15. Inicialmente, quanto aos questionamentos contidos no item III da Decisão nº 190/2017, sobre os espaços para alimentação, descanso e higiene, acessibilidade e quadro de profissionais para atender às demandas, as respostas ofertadas deram conta de que, nesses aspectos, as Escolas Parque têm estrutura para receber o contingente de alunos de acordo com a nova política adotada.

16. No que se refere às medidas adotadas quanto aos estudantes que frequentavam as Escolas Parque no ano letivo de 2016, conforme consta do anexo (e-DOC 4DEAFECC-c) ao Ofício nº 606/2017-GAB/SE, de 10/4/17 (e-DOC 4DEAFECC-e), a SE/DF informou:

“...que a Corregedoria Geral do Distrito Federal -DF (CG-DF) questionou esse tipo de atendimento, devido à bidocência, ou seja, o aluno dispor de duas escolas no mesmo turno de aula, portanto dois professores, tendo em vista que o professor de atividades, dos anos iniciais, é contratado para ministrar aulas cinco vezes por semana. Com a Escola Parque, no modelo até 2016, esse docente ficava um dia sem ministrar aula, com a ida dos alunos para a Escola Parque. No novo modelo de Educação Integral, as Escolas Classe são atendidas, pelas Escolas Parque, no contraturno de aula.

De outra, quanto às Escolas Classe não integrais, estas “...podem optar pelo Projeto Educação em Movimento da SEE-DF, cujo eixo orientador são as múltiplas vivências esportivas desenvolvidas com estudantes no ambiente das Escolas Classe, Segundo Circulai' 001/2017, UNIEB/CRE-PPC e também quadro demonstrativo de adesão das escolas ao Projeto, ambos os documentos em anexo.”.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

Mesmo que alguma unidade não faça a adesão a esse Projeto, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), para as séries iniciais, preveem o atendimento pelo professor regente, de atividades de Artes e Educação Física, com sugestões pedagógicas que visem ao desenvolvimento lúdico- motor e formativo para esse segmento escolar, como já acontece nas demais escolas de todo o Distrito Federal de ensino regular, sendo essa a organização curricular padrão, preconizada pela Lei Nº 9394/2016- LDB, Leis de Diretrizes de Bases da Educação.

17. As diligências contidas na Decisão nº 190/2017 restaram atendidas. Contudo, emergem questões que demandam ação por parte do Tribunal. Várias unidades escolares deixaram de ser atendidas¹ pelas Escolas Parque-EPs, após implementação da política de educação integral.
18. Em contrapartida, a SE/DF apontou alternativas para essas Escolas Classe-ECs, a exemplo das séries iniciais. De outra, revela que algumas ECs eram atendidas (uma vez por semana) pelas Escolas Parque, no mesmo horário de regência de ensino regular.
19. Essa informação é reveladora e importante. Intriça saber os motivos pelos quais as alternativas apontadas pela SE/DF, **antes disponíveis**, não foram objeto de opção por partes das unidades escolares, que recorriam às EPs para o desenvolvimento das atividades afins.
20. Se por um lado restou apontado que a estrutura física e de profissionais das EPs se mostram adequadas à nova política de educação integral, por outro resta perquirir se as ECs excluídas e sofrem as consequências da implantação da política, **estão adequadamente estruturadas**.
21. Ora, para que as alternativas apontadas pela SE/DF sejam **efetivas e válidas**, faz-se **necessário** que as Escolas Classe - ECs excluídas do acesso às Escolas Parques **detenham condições estruturais** também adequadas para desenvolver aquelas atividades antes realizadas nas EPs.
22. De outra forma, a política implementada **pode ter ocasionado séria perda de qualidade pedagógica** a um “sem número de alunos”. Digo isso posto que a SE/DF, até a instrução em curso, não informou quantos alunos deixaram de ser atendidos pelas EPs.
23. O documento juntado aos autos pelo Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – CDPDDH, e-DOC AF3706CC dá notícias sobre a inadequada infraestrutura da Escola Classe da 305 Sul, para o desenvolvimento das atividades de educação física, descanso e lazer, por exemplo.
24. Os fatos apontados justificam as fortes dúvidas a mesmo respeito quanto às ECs excluídas, que deverão oferecer ao seu contingente de alunos aquelas atividades antes desenvolvidas nas EPs.
25. Diante disso, para que o Tribunal possa exercer o acompanhamento preciso das ações implementadas pelo gestor público, no desempenho de suas atribuições de fiscalização e

¹ Ofício 26/2017-GAB/SEEDF (e-DOC F0757E79-c): “... indubitavelmente, **em um primeiro momento e até que sejam ampliadas as condições de oferta de Educação Integral para todos os estudantes da Educação Básica**, esta Casa posicionou-se pela priorização da qualidade pedagógica do atendimento a ser ofertado pelas Escolas Parque sediadas no Plano Piloto em turno inverso e em 5 (cinco) dias semanais, em detrimento da quantidade de estudantes atendidos em atividades desenvolvidas no mesmo turno das escolas tributárias e apenas em 1(um) dia na semana. Por conseguinte, inicialmente, esta Secretaria teve de reduzir o número de unidades escolares tributárias atendidas uma vez por semana nas **Escolas Parque de 42 para 17** a ser atendidas diariamente em turno contrário no ano letivo de 2017 nas cinco Escolas Parque.”. (grifei)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

avaliação da eficiência e eficácia na implementação da política, bem assim de sua efetividade e, no caso em tela, principalmente, das **consequências decorrentes** mormente para os alunos que deixaram de ser atendidos pelas EPs, importante que se determine imediata **Auditoria Operacional**², para avaliar se a adesão ao “Programa Novo Mais Educação” alcançou os parâmetros citados.

26. Importa evidenciar, também, se o Programa, como aderido, obedeceu às normas orçamentárias, financeiras, legais, bem assim de aspectos operacionais (princípios constitucionais, em especial), inerentes ao ato administrativo e necessários à política pública dessa relevância.

27. Como resultado, por exemplo, espera-se solucionado a questionada “bidocência” e, via de consequência, que se verifique se a **ineficiência apontada** de que professores e demais profissionais da educação das ECs e dos CEFs, que ficavam um dia sem ministrar aulas, foi sanada, eliminando, assim, a “...*duplicidade de recursos humanos para o mesmo estudante*” (Ofício 26/2017-GAB/SEEDF³, e-DOC F0757E79-c).

28. Importante verificar os ganhos pedagógicos advindos da implantação do novo formato de atendimento, e se os critérios utilizados para determinar as 17 escolas a serem atendidas (eram 42) pelas EPs se mostraram adequados.

29. Há que se verificar, em atenção ao princípio da universalização do atendimento escolar⁴; se foram ampliadas as condições de oferta de Educação Integral para os demais estudantes da Educação Básica (ou se foram adotadas medidas para futura ampliação), como indicou a SE/DF, no citado Ofício 26/2017-GAB/SEEDF.

30. Não menos importante, em relação ao desenvolvimento das atividades de educação integral, há que se avaliar se houve redução de custos decorrente dos critérios de seleção das ECs, caso contrário, se os recursos recebidos do Governo Federal compensam o aumento observado. Configurou-se a ampliação no número de vagas, conforme anunciado nos autos? O planejamento e a operacionalização da educação integral se mostraram adequados?

31. Noutro giro, no campo das consequências da implementação da política, mormente em relação aos alunos que deixaram de ser atendidos, necessário que seja determinado o quantitativo atingido e se as alternativas propostas pela SE/DF foram efetivas.

32. Imperioso examinar se as ECs que deixaram de ser atendidas detêm estrutura física e de profissionais da educação para ofertar aquelas atividades antes realizadas nas EPs, a fim de garantir igualdade de condições para acesso e permanência na escola, em respeito ao princípio constitucional⁵ do ensino.

33. Em direção ao fim, e no que diz respeito à gestão democrática do ensino público (inciso VI do art. 206 da Constituição Federal), principal alegação da exordial de descumprimento da Lei Distrital nº 4.751/2012⁶, encontra-se nos autos referência de que a discussão se manteve em

² Segundo o Manual de Auditoria do TCDF:

1.1.2 Auditoria operacional ou de desempenho:

Avalia atividades, projetos, programas e ações governamentais, bem como entidades e órgãos públicos, quanto a aspectos de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade, com objetivo de contribuir para o melhor desempenho da gestão pública.

³ A respeito, o Ofício 26/2017-GAB/SEEDF aponta que “*ii. essa duplicidade de atendimento faz com que o Estado anualmente pague em dobro as horas-aula referentes a 40 dias letivos no total de 200 dias letivos em cada uma das unidades escolares tributárias atendidas nas EPs.*”.

⁴ Lei Orgânica do Distrito Federal: art. 221, inciso IV.

⁵ Constituição Federal, art. 206, inciso I.

⁶ Dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

nível das equipes gestoras das Escolas Parque e Escolas Classe (Ofício 26/2017-GAB/SEEDF, e-DOC F0757E79-c), *in verbis*:

“Ainda quanto ao questionamento acerca do cumprimento da Lei de Gestão Democrática, esta Secretaria informa que, a Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto/Cruzeiro reuniu-se com as Equipes Gestoras das Escolas Parque e das Escolas Classes para apresentação e discussão da proposta de adequação das atividades pedagógicas das Escolas Parque na perspectiva da Educação Integral com o objetivo de levar as informações à comunidade escolar.”

34. Todavia, decorre também dos autos que todo processo se deu **no exíguo tempo** entre o final do 2º semestre de 2016, *“durante a avaliação dos atendimentos pedagógicos ofertados e da pré-organização da oferta para o ano letivo de 2017”*⁷, e o início do ano letivo de 2017.

35. De outra, há relatos de que escolas não foram consultadas. Conforme informado no Ofício nº 660/2016-MPC/PG, com as vênias de estilo, transcrevo:

Em audiência realizada no MPC/DF, professores e representante do Conselho expressaram as seguintes contrariedades:

[...]

- a escolha pelo modelo de atenção integral, valendo-se do espaço físico das Escolas Parques, foi tomada sem a oitiva dos Conselhos, que deveriam ter sido ouvidos previamente e, mesmo aquelas, que teriam concordado com o modelo que se quer implantar, apresentaram votação inconsistente, porque carente de processo de discussão válido, em contrariedade à Lei 4.751/12, que dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do DF; e

[...]

36. Dessa forma, assente razão à Representação a respeito da inobservância legislação vigente:

Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal

Art. 2º A gestão democrática da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, cuja finalidade é garantir a centralidade da escola no sistema e seu caráter público quanto ao financiamento, à gestão e à destinação, observará os seguintes princípios:

I - participação da comunidade escolar na definição e na implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados, e na eleição de diretor e vice-diretor da unidade escolar;

IV - transparência da gestão da Rede Pública de Ensino, em todos os seus níveis, nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros;

⁷ Ofício 26/2017-GAB/SEEDF, e-DOC F0757E79-c.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

Art. 4º Cada unidade escolar formulará e implementará seu projeto político-pedagógico, em consonância com as políticas educacionais vigentes e as normas e diretrizes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Parágrafo único. Cabe à unidade escolar, considerada a sua identidade e de sua comunidade escolar, articular o projeto político pedagógico com os planos nacional e distrital de educação.

Art. 9º A Gestão Democrática será efetivada por intermédio dos seguintes mecanismos de participação, a ser regulamentados pelo Poder Executivo:

I - órgãos colegiados: Conferência Distrital de Educação Fórum Distrital de Educação; Conselho de Educação do Distrito Federal; Assembleia Geral Escolar; Conselho Escolar; Conselho de Classe; grêmio estudantil;

II - direção da unidade escolar.

37. Diante disso, o Ministério Público entende que **não restou devidamente comprovada** nos autos a observância ao princípio da gestão democrática do ensino público, dado que a discussão sobre a mudança na política de ensino se manteve **apenas** ao nível das equipes gestoras das Escolas Parque e Escolas Classe, tendo sido colocada em prática sem a ampla **participação da comunidade escolar na definição e na implementação de decisões pedagógicas**, como determina a Lei Distrital nº 4.751/2012.

38. Dessa forma, importa pugnar para que o eg. Plenário considere **procedente** a Representação contida na exordial, e emita **determinação** para que a SE/DF observe, **estritamente**, o respeito à gestão democrática do ensino público, insculpido no inciso VI do art. 206 da Constituição Federal, no inciso IX do art. 221 da LODF, bem como na Lei 4.751/12.

39. Por último, na forma da discussão anterior, determine imediata **Auditoria Operacional** para avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade da política implementada, bem como as **consequências decorrentes da implementação**, mormente para os alunos que deixaram de ser atendidos pelas EPs, e se o Programa, como aderido, obedeceu às normas orçamentárias, financeiras, legais, bem assim de aspectos operacionais (princípios constitucionais, em especial), inerentes ao ato administrativo e necessários à política pública dessa relevância, conforme determinou a letra “a” do item II da Decisão Liminar nº 004/2017-P/AT.

É o parecer.

Brasília, 29 de maio 2017.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador em Substituição



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA